



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Maristela Simões do Carmo¹
Marilena Igreja Lazzarini²

Maristela Simões do Carmo

É uma satisfação enorme estar aqui nessa casa, que me acolheu durante tantos anos, e rever amigos de épocas, de lutas, de batalhas pelas quais passamos juntos. É muito gratificante conversar com vocês sobre esse tema tão atual, tão vibrante.

Eu quero agradecer também o convite feito pela direção do IEA.

O que teria para eu falar que fosse relacionado com o meu tema de trabalho, com o que eu faço? Aí, procurando, eu pensei: vou tentar trabalhar um pouco a minha área e trabalhar com uma população que é bastante esquecida nos debates sobre segurança alimentar, que é a população rural pobre do Brasil.

Vamos ver se eu consigo mostrar para vocês que esse tema é relacionado com a população rural brasileira pobre e também com a soberania alimentar. Vamos trabalhar um pouco com os conceitos que serão divididos em duas partes; uma parte, discute-se o que seria a segurança alimentar e a soberania; e a parte da agroecologia como uma possibilidade, como um caminho para se chegar a essa soberania alimentar. Tentarei

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP/Botucatu. Palestra apresentada em 17/10/2007.

² Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Palestra apresentada em 17/10/2007.

fazer, então, uma síntese entre essas duas coisas, vendo a agroecologia como a construção de conhecimentos novos que possam embasar a sustentabilidade, o conceito de sustentabilidade, e também dar direcionamento para novas políticas públicas.

Como é que nós poderíamos pensar na agroecologia?

O que seria segurança alimentar? O que seria soberania alimentar?

Existe uma lei de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei n. 11. 346, sancionada pelo atual Presidente da República, que no seu artigo 3 define que Segurança Alimentar consiste no direito de todos ao acesso regular desses alimentos em quantidade suficiente, com qualidade e dentro da diversidade que os povos têm, ambiental, cultural etc., e que sejam sustentáveis. Então, a segurança alimentar está voltada ao acesso que as pessoas têm ao alimento, mas não diz nada da procedência desses alimentos. Nem de onde vêm esses alimentos e como são processados e obtidos.

É aí que vem ligada a questão do direito à alimentação, a soberania alimentar. Os países têm a soberania de decidir o que produzir, como produzir e para quem produzir. A soberania está no direito de cada país em definir as suas próprias políticas e estratégias da produção e de consumo, o que não vemos hoje em dia neste comércio internacional.

Mesmo com os acordos internacionais, acordos bilaterais etc., não existe, de fato, esse respeito que levaria à obtenção de uma soberania, no sentido do que você vai comer e como você quer esse alimento produzido. Você quer comer alimento industrializado ou você quer comer um alimento natural? Esse direito é dado pela questão da soberania, que não é respeitada. A soberania, quando nós temos o comércio internacional, não é levada em consideração. Muito pelo contrário, nos congressos se discute muito a segurança, e diz-se o seguinte: olha, se os alimentos estão sendo comprados com preços mais baixos nos países do terceiro mundo, subdesenvolvidos, por que é que vocês precisam produzir? Compre os nossos alimentos baratos. E a gente pratica uma política de *dumping*. Vende os nossos alimentos mais baratos nos países do terceiro mundo e quebra os agricultores.

A elite do terceiro mundo vem posicionar-se contra essa postura, dizendo que os países desenvolvidos subsidiam a sua agricultura, quando na realidade, essa elite está preocupada também em participar desse banquete, vamos dizer assim. Eu não

vou brigar pela soberania alimentar do país, mas eu vou brigar pela fatia que eu quero levar nesse processo. Se os Estados Unidos, União Europeia e Japão subsidiam seus produtos, eu quero participar desse processo. Eu não vou questionar nada mais. Mas como que eu pego a minha fatia nessa riqueza que está sendo gerada? Então, não se discute muito a soberania alimentar.

Soberania alimentar parece mais como registro de um ideário da população. Ela está muito associada à autonomia desses povos, ao direito que essas pessoas têm de tomar as suas decisões, e nesse sentido, ela não estaria subordinada aos caprichos do mercado internacional. Se você vai produzir o seu alimento para o consumo da sua população, para que ela tenha uma segurança alimentar com soberania, você não está preocupado em balança de exportação, não está preocupado em produzir alimentos, *commodities* para exportação. Você está preocupado com a garantia e com a capacidade de formular suas próprias políticas agropecuárias, suas próprias políticas alimentares. É isso que te move. E quando você pensa em soberania alimentar, você está pensando em autonomia do país.

Só para fazermos uma associação, estou pensando em soberania alimentar e segurança alimentar da minha população pobre rural. Ela é composta por pequenos agricultores descapitalizados, assalariados rurais, populações tradicionais, quilombolas, indígenas, sem-terras, assentados, ou as pessoas que ainda vivem como colonos em algumas situações. Não estou pensando, evidentemente, naqueles agricultores que estão associados ao agronegócio, nem nos agricultores bem-sucedidos na vida, e que estão perdendo até sua característica de agricultor familiar. E para a gente ter um posicionamento, a população total do Brasil, em 2006, era de 187 de milhões de pessoas, 31 milhões eram da população rural.

Quem é que está preocupado em estudar essa população? Nós sabemos que ela vive na precariedade dentro da abundância, passa fome; essa pobreza enfrenta o paradoxo da insegurança alimentar, de não ter acesso em quantidade e qualidade suficiente para a sua sobrevivência. E por que é um paradoxo? Porque essa população que está na zona rural poderia ter, pelo menos, uma situação em que ela pudesse produzir seu próprio alimento. Ter o seu pedaço de terra, produzir na sua terra.

É importante que a gente veja que essa insegurança alimentar está muito asso-

ciada à questão da pobreza rural. Provavelmente, a situação de insegurança alimentar em que vivem as pessoas no campo também existia na cidade. Mas estou preocupada com a população rural, que é o foco desta apresentação, ela está, com certeza, muito ligada à questão da pobreza rural. Por quê?

Se você pensar em fome, tecnicamente, resume-se em não obter as calorias necessárias para conseguir manter seu corpo e executar suas atividades, porque você ingeriu poucos alimentos. Uma definição técnica seria essa, como é também um dos elementos da pobreza. Porque esta é mais que isso, é mais que passar fome. A pobreza é você também não ter as outras condições básicas de subsistência, sobrevivência, moradia, educação, condições sanitárias de viver dignamente, saúde, enfim, muitas outras coisas.

Para direcionar um pouco a nossa conversa, podemos pensar em três estágios de pobreza; a primeira, a pobreza absoluta, que é o nível de pobreza em que as pessoas mais trabalham; sempre a gente vê, a pessoa que vive com U\$1 por dia está abaixo da linha de pobreza. Isso a gente ouve toda hora, a família que vive com menos do salário mínimo está abaixo do nível de pobreza, está na pobreza absoluta.

Há a pobreza relativa, que significa não ter aquilo que as outras pessoas têm. Então, eu me sinto pobre porque eu não tenho uma lancha para ir em algum lugar. Essa é uma pobreza relativa minha. Ou uma pobreza subjetiva, em que você não tem condições de ir em frente naquilo a que você se propõe. Por exemplo, às vezes você vê as pessoas não conseguirem estudar. Elas têm essa pobreza subjetiva porque não têm condições de fazer uma faculdade, de ir para a escola por terem que trabalhar etc. São formas de ver a pobreza, podemos vê-la assim.

É interessante chamar atenção, já que essa pobreza tem um caráter multidimensional, não é só fome. Ela tem muito mais. Ela deve ser somada à privação das condições básicas de existência. É uma combinação de carências e não-carências, de coisas que você tem ou não tem. Acesso à energia elétrica, ao mercado de trabalho, por exemplo, é uma condição de pobreza. Falta de informações, segurança, a própria segurança alimentar, serviços de saúde aos quais você não tem acesso. Tudo isso caracteriza a pobreza. E a população rural tem muito mais características de pobreza do que a população urbana. O indicador sintético que as pessoas usam é a renda fa-

miliar, a renda por pessoa, a renda por família etc., mas é um indicador pobre da pobreza, vamos dizer assim. A pobreza pode ser superada, por exemplo, se você tem acesso a algumas condições privadas, públicas, como a Bolsa Família, ou se você consegue se alimentar porque alguma instituição dá um alimento. Você se veste porque alguém propicia isso. Até a própria família, nesse sentido, pode amenizar um pouco essa situação de pobreza. Então, esse é o indicador sintético da pobreza.

A linha de pobreza descreve o nível de renda que uma pessoa, ou uma família, não consegue obter para viver. Há um dado da ONU, ou da FAO, em que as pessoas que vivem com menos de U\$2 por dia estão abaixo dessa linha de pobreza.

Alguns autores combinam esse conceito de pobreza, de linha de pobreza, em termos de renda com a privação das condições básicas de existência. Rodolfo Hoffman e Ângela Kageyama publicaram recentemente um trabalho sobre uma combinação dessas duas entradas para caracterizar a pobreza no meio rural. É importante que a gente analise a condição de segurança ou insegurança alimentar levando em consideração essas categorias de pobreza.

E, agora, entramos numa outra dificuldade: como é que se consegue saber quais as pessoas que estão em segurança alimentar, ou que estão em insegurança alimentar, qual essa medida de pobreza, fome, linha de pobreza? A parte de segurança alimentar é muito mais restrita às pessoas que trabalham com a saúde - médicos, enfermeiros, nutricionistas etc. E como é que a gente consegue medir essas situações de segurança, ou de insegurança alimentar? Então, foi feita uma pesquisa, no Suplemento da PNAD, de 2004, na qual foi introduzido um questionário para medir uma escala direta de medida de segurança e insegurança alimentar que foi desenvolvida no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, para as condições americanas.

Uma equipe de pesquisadores e médicos do Brasil validaram essa escala, aplicaram-na no Brasil, trabalharam com grupos locais e depois introduziram na PNAD os questionários para medir, criando a escala brasileira de segurança alimentar. Para isso, eles fizeram 15 perguntas sobre segurança alimentar, e pontuações para o aspecto da falta de alimentos. É um pouco complexo.

A preocupação em faltar o alimento pode ser caracterizado como uma coisa psicológica. Mas para a pessoa que está vivendo aquela situação, não é tão psicológica

assim, porque ela está naquele clima de ter ou não ter o alimento. A própria falta de alimento, ou a necessidade de você ter que reduzir a quantidade de alimento para poder esticar aquilo por mais algum tempo, deixando de comer pelos seus filhos, por exemplo, é uma situação vivida que mede a segurança ou a insegurança alimentar. E essa escala, então, é feita desde a existência de uma segurança alimentar, quando você não sofre nenhuma dessas restrições, não passa fome, necessidade e medo de passar fome. Noventa dias antes daquele dia em que está sendo feita a entrevista, pergunta-se: nos últimos três meses o senhor passou por alguma necessidade? Toda vez que ele responde sim, ele recebe uma pontuação nessas 15 perguntas (Quadros 1 a 3).

Então, a escala é a seguinte: segurança alimentar - quando não sofre restrição nenhuma; insegurança alimentar leve - sofre poucas restrições; insegurança alimentar moderada - um pouco mais de restrições; e insegurança alimentar grave - é a fome, é o caso de quem conviveu aqueles 90 dias numa situação de fome, passando sem alimentos ou tendo que reduzir sensivelmente a quantidade de alimentos consumidos.

Por exemplo, à primeira pergunta, moradores manifestaram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida, naqueles 90 dias anteriores. Então, se a pessoa teve essa preocupação, ela já está numa situação de insegurança alimentar. Se ela disse não, então não pontua. Aí, ela está em segurança alimentar, e isso está disponível na PNAD. Eles separam depois, por moradores de 18 anos, para maiores e menores de 18 anos, porque há também uma variação nessa escala conforme você tenha crianças na casa.

Com moradores de menos de 18 anos e zero ponto, você teria segurança alimentar. Se respondeu sim, de 1 a 5 perguntas, você teria insegurança alimentar leve; se você respondeu de 6 a 10, insegurança alimentar moderada, ou de 11 a 15 pontos, no caso de todas as perguntas respondidas com sim, estará realmente instalada a fome no seu domicílio. E, também, para moradores com 18 anos ou mais, muda um pouco a escala.

Os resultados da pesquisa da PNAD de 2004 nos trazem uma situação bem nítida de população passando fome e necessidade (Tabela 1).

Nós temos 52 milhões de domicílios que foram pesquisados e 181 milhões de moradores em domicílios particulares. Nota-se que “com segurança alimentar” o

total de domicílios (65,2% do total) tem uma situação de segurança alimentar na população como um todo. Desse total 60,2% dos moradores na zona urbana também estão em situação de segurança alimentar. E 50,1% na zona rural estão em situação de segurança alimentar.

Observem agora o outro extremo de insegurança alimentar: em “ insegurança alimentar grave”, 6,5% dos domicílios estão nesta situação na população como um todo. Note-se que a população rural apresenta um percentual muito maior do que a população urbana em termos de insegurança alimentar grave; 11% dessa população rural, que correspondem quase a 3 milhões de pessoas, estão passando fome. Se você juntar essas duas situações de insegurança moderada e grave, a zona rural vai para 29,5%, ou seja, nos 90 dias anteriores, eles passaram por necessidades de falta de alimentos ou a preocupação de não ter o alimento, ou por restrições graves desses alimentos. São quase 10 milhões de pessoas nesta situação séria de insegurança alimentar. Claro que se vocês pegarem a zona urbana, o número de pessoas, em número absoluto aumenta. Em números relativos fica bem menor, em torno de 20%.

Na análise, o total com insegurança alimentar é de 34% da população brasileira, o que dá 18 milhões de pessoas passando por alguma situação de insegurança alimentar no Brasil. É bastante. Na zona urbana são 58 milhões, e 15 milhões na zona rural. Então, relativamente, na zona rural se passa mais fome e necessidade que na zona urbana, o que é um paradoxo, no meu modo de ver.

Considerando-se o total de domicílios em segurança alimentar, dá 65%, e insegurança alimentar, alguma forma de insegurança alimentar, a soma das porcentagens está ao redor de 34%.

Na zona urbana, a situação de segurança alimentar soma 66%, na zona rural bem mais baixa, 56%. A fome grave na zona rural fica em torno de 9% dessa população, contra 6% na zona rural. Repito: a minha tese é que a população rural, paradoxalmente, passa mais fome que a população urbana.

A ideia é mostrar como essa insegurança alimentar atinge mais fortemente a área rural do que a urbana. É claro que isso é um reflexo dessa pobreza que a gente se referiu anteriormente, e à fome, ou então às menores rendas que a população rural recebe. A gente pode fazer o mesmo quadro dessa insegurança alimentar por regiões,

por grandes regiões, e é lógico que nós vamos notar que os domicílios da Região Nordeste realmente são os que mais têm problemas com restrição alimentar (Tabela 2 e Figura 1).

Os Estados do Nordeste e do Norte estão em situação pior de insegurança alimentar, ficando os do Sul bem abaixo em termos de gravidade de fome. Cai bem esse percentual para o Centro-Oeste também. Então, realmente, isso só confirma aquilo que a gente já sabe.

Vale chamar atenção para o fato de que, dos 14 milhões de pessoas que passam fome grave, metade está no Nordeste, na zona rural (Tabela 3).

Algumas pessoas sugerem que para diminuir essa situação de miséria na zona rural, de fome e de pobreza, seria importante haver uma modificação nos seus sistemas de produção. É claro que isso se reporta a uma discussão do desenvolvimento sustentável, que pode ter suas várias facetas, ser muito polêmico etc., mas reabre novamente a discussão sobre insegurança alimentar e o declínio da soberania alimentar, muito por conta do declínio da qualidade de vida que essas pessoas têm na zona rural, e também da degradação ambiental. Reabre a discussão sobre a tecnologia que é usada, a questão da poluição, a erosão, e uma série de outros problemas. E reabre também em termos de alimentação.

Essa população rural perdeu todo o seu conhecimento de se alimentar, consumindo produtos industrializados. O padrão de consumo está completamente diferente do que poderia estar e a gente vê situações de insegurança alimentar tanto por falta de alimentos na zona rural, quanto pela ocorrência de excesso de peso, a obesidade, que também é um problema de desnutrição e de insegurança alimentar que a cidade vive muito hoje em dia. E a gente vê isso na zona urbana e também na rural.

A proposta de alguns estudiosos é que esses avanços sejam feitos pela transformação da base técnica, ou seja, há que introduzir uma racionalidade ecológica na produção - que está vindo por meio de substituição de insumos, ou pela biotecnologia, ou pelas agriculturas alternativas etc., em que você pensa só na base técnica. Pelo meu modo de ver, isso é pouco, é insuficiente para mudar um quadro como esse.

Então, pergunta-se: será que é suficiente essa mudança de tecnologia, que o próprio capital se apropria desse processo para diminuir tais impactos? A gente tem

muitas tecnologias hoje no campo para diminuir isso: plantio direto, manejo integrado de pragas, controle da erosão, enfim, uma série de técnicas de que o capital se apropria, e dá um salto, revigora-se, consegue vender tecnologias etc. Mas isso é suficiente para essa situação, para a população que está lá no campo?

Se a gente pensar no modelo de soberania alimentar, vai colocar em ênfase nas economias locais e nos agricultores familiares, quando se pensa que essas inovações da ciência e da tecnologia devem ser voltadas para a especificidade daquele local. São inovações locais. Você não pode trazer solução de fora para dentro no intuito de resolver problema de segurança alimentar da população pobre do campo, pois você não vai conseguir resolver isto dessa forma.

O modelo de soberania alimentar estaria um pouco nessa direção, e o que se propõe dentro desse modelo é trazer a ecologia e a agroecologia como uma construção de conhecimentos novos, como um campo do conhecimento em que você pode trazer soluções ou caminhos, ou saídas alternativas para essa situação. Então, a gente pode conceituar a agroecologia como o campo de conhecimento que proporciona essas bases científicas para fazer a transição desse modelo convencional que nós vivemos hoje, para estilos e agriculturas com bases ecológicas, isso por um lado, porque ela dá esse aporte teórico-metodológico. E, por outro lado, ela também fornece caminhos para estratégias de desenvolvimento que não seja o convencional, em que ocorre apenas o crescimento, mas um desenvolvimento rural sustentável, para usar a palavra batida. Então, a proposta estaria nesse manejo ecológico dos recursos naturais, por meio de ações sociais coletivas que procuram dar uma solução para essa crise civilizatória. Eu estou tratando só da população rural pobre, quando penso nisso. Mas, enfim, há as pessoas que estão vendo essa crise socioambiental que nós estamos vivendo e afirmando o caminho da agroecologia para resolvê-la. E, basicamente, vai tratar do agroecossistema como uma unidade de estudo para resolver esses problemas, e a matriz desse conhecimento tem dois princípios fundamentais: primeiro, a preservação da biodiversidade, do agroecossistema; e depois vai se pensar na interação dos elementos daquele ecossistema buscando sinergias entre esses elementos para que eles consigam aumentar a produtividade, aumentar a fertilidade do solo, e conseguir sobreviver às pragas e doenças a partir da própria sinergia dentro dos

elementos.

Isso é muito mais complexo do que fazer a agricultura química convencional. Muito mais complexo. Não é fácil você buscar sinergia entre os elementos água, solo, planta e microrganismos dentro daquele agroecossistema, e fazer com que aquilo por si só recupere-se, aumente a produtividade etc. Você precisa de muito mais. E da preservação, também, da diversidade cultural das populações, ou seja, o conhecimento que aquelas populações tiveram ao longo dos anos, transformando aqueles ecossistemas em agroecossistemas, evoluindo junto com aqueles agroecossistemas, ou seja, a bagagem de conhecimentos que eles têm sobre isso. Esses dois princípios levam a estratégias que têm uma multidimensionalidade do uso do solo, não é só a produção e a produtividade. É muito mais que isso.

E qual é a base teórica do conhecimento com que os agroecologistas vão trabalhar? É o aporte das diferentes disciplinas científicas que concorrem para se poder estudar um organismo complexo que é um agroecossistema. Se você está pensando em soluções locais, estará estudando as especificidades daquele agroecossistema naquelas condições, mas não desprezando o aporte da ciência moderna sobre isso - da agronomia e da física, com a lei da termodinâmica, da segunda lei da entropia, a ecologia, que é uma base desse processo, e as ciências sociais - história, educação, comunicação - e tudo que deriva do processo para se construir essa base, esse aporte teórico-metodológico e epistemológico que a agroecologia se propõe a construir, e que não é pouca coisa.

Na concepção agroecológica, até revista como um local de trabalho e de vida, você tem três pilares básicos, homem-natureza-sociedade, que é a abordagem coevolucionista, e que se resume na ação do homem sobre os ecossistemas para desenvolver os seus sistemas agrários, os seus sistemas agrícolas; assim, ele vai transformando o ecossistema. Esse agroecossistema, portanto, é uma construção social, é a ação do homem na natureza. O potencial local, ao se pensar em desenvolver economias locais, estará pensando em ciências e tecnologias endógenas, isto é, pensando em trabalhar com o agroecossistema daquele local e ver qual é o potencial que ele tem para você desenvolver tecnologia e ciência, e não buscar verdades universais para serem aplicadas na exploração de recursos naturais. Isso não é válido dentro da agroecolo-

gia. Então, não existem verdades universais, existem especificidades e o desenvolvimento de pesquisa naquele local e a ação social coletiva, que é a própria ação transformadora da sociedade por meio do diálogo e da participação, ao invés da subserviência e da dependência daquela população de receber aquilo de cima para baixo. Importante é você ter ações transformadoras. Estabelecer a famosa “união faz a força”, e dialogar com essa população.

Em resumo, a agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura. Na agroecologia há muitas pessoas, hoje, que não conseguem perceber a diferença que existe entre a agroecologia e as agriculturas de bases ecológicas. Ela propicia as bases teóricas para que essas agriculturas de base ecológica se desenvolvam e produzam alimentos limpos, não existe um desprezo por isso, as pessoas que não entendam assim, as agriculturas de base ecológica fazem parte desse processo. Se você pensar que a agroecologia é isso, você vai reduzi-la a uma oferta de produtos para atender nichos de mercado, e não é isso a que ela se propõe. Ela é uma proposta metodológica multidimensional para transformar a realidade. Isso serve para populações locais que estão em situações de insegurança alimentar como a gente viu, e que se encaixam muito bem nesses processos.

É claro que esse movimento precisa criar condições para que isso aconteça. Esse movimento agroecológico, para atingir a soberania alimentar, precisa ter um trabalho, romper um paradigma, os modelos de produção, de distribuição e de consumo de alimentos, e isso não é fácil. Existem tentativas nisso, com assistência técnica até do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está se propondo a fazer uma extensão rural agroecológica. Isso traz transformações, são lentas, mas é uma mudança nesses modelos de produção e de distribuição de consumo.

Tudo faz parte da ideia de criar condições para que se consiga atingir a soberania alimentar das populações pobres que estão nessa situação de insegurança alimentar.

É fundamental garantir a promoção da agroecologia, fazer com que ela entre nas políticas públicas. Gradativamente, eu penso que ela já está entrando no Processo do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA (DATER); já nos próprios movimentos sociais dos assentamentos rurais estão adotando a agro-

ecologia como um modelo de produção de vida e de consumo, e que deve valorizar o alimento não como uma mercadoria para importação/exportação, mas como algo essencial à sobrevivência, à vida daquela população que está naquela situação de insegurança alimentar. É isso: valorizar as economias locais, produção e consumo, e aumentar o investimento público para a agricultura familiar, que é um fato que estamos vivendo aos poucos, com o PRONAF. São 13,8 milhões de pessoas que estão na agricultura familiar; é muita gente para fazer coisas, e para trabalhar com elas, desenvolver tecnologias que atendam aos princípios da alimentação adequada, com incentivos e subsídios aos processos da transição agroecológica. Isso daria assunto para uma outra palestra, inclusive, visando implementar um programa massivo de crédito rural para o público do PRONAF, para que esse público se ajuste às formas de pagamento da transição agroecológica. Ter formas e maneiras diferentes para os agricultores receberem esses recursos, dar prazos diferentes, taxas de juros diferentes, para que eles consigam fazer isso tudo. E, também, é preciso garantir os mercados institucionais para a agricultura familiar; temos vários trabalhos sobre isso, incluindo a alimentação de escolas, creches, hospitais etc. Enfim, realizar a reforma agrária como uma estratégia pública para garantir a soberania alimentar e fazer o fortalecimento da participação social como elemento transformador.

Salienta-se que é necessário dar condições para orientar as políticas públicas de ensino, pesquisa e extensão, e abrir essas áreas nas faculdades. Gradativamente, a gente tem constatado a existência de cursos de pós-graduação na área de ecologia; o próprio Movimento Sem Terra tem curso sobre isso, o pessoal da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e da Instituição Agroecológica também, para que se desenvolvam sistemas policultores, dando a segurança alimentar para esses agricultores. E finalizando, criar programas de capacitação para técnicos e instituir e fortalecer programas de conservação e recuperação de recursos naturais, visando à soberania alimentar da população pobre.

Marilena Lazzarini

A minha palestra será muito mais focada em questões práticas da minha vivência e também um pouco sobre o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), porque é uma ONG e as pessoas pouco conhecem ainda sobre essas organizações sociais que vêm atuando. Trabalho há 20 anos ligada a movimentos sociais. O IDEC é uma ONG, independente e sem nenhum tipo de financiamento de empresas e nem do próprio governo.

O IDEC é sustentado pelos associados e por financiadores, como a NOVIB (organização que combate a pobreza e atua por meio de financiamento de projetos de desenvolvimentos), e agências de cooperação. Agora, nós vamos começar um projeto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas que não vai comprometer a nossa independência. Ele é dirigido por uma assembléia de associados que elegem um conselho diretor, nomeando a coordenação executiva, enfim, a gente tem uma governança. Essa palavra não existe no dicionário, mas agora é muito usada e traduz a transparência, a democracia, ou seja, uma série de princípios que são importantes, e uma equipe de 70 pessoas contratadas. Mas nós temos muitos colaboradores voluntários em universidades, profissionais que nos ajudam nas mais diferentes questões.

O IDEC tem uma missão que é a de defender o consumidor; muito mais do que isso, promover a educação, a conscientização sobre os direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo com independência. Somos ainda mais pretensiosos, consideramos ter uma missão que pretende até levar em conta questões como o consumo sustentável e a saúde do planeta, porque o consumo pode ser tratado desde o âmbito restrito da classe média, dos interesses de quem compra no balcão de venda e quer resolver o seu problema, como pode ser tratado no âmbito mais amplo, quando o colocamos na dimensão da sociedade, do meio ambiente. Enfim, o IDEC privilegia esse enfoque para as questões do consumo. Nós não somos um balcão para resolver problema de consumidor, se bem que também fazemos orientação para os nossos associados, mas o nosso foco não é esse. As nossas estratégias de atuação vão da informação e orientação sobre os direitos e educação, e nessa área de educação nós temos um material que foi feito para professores sobre consumo sustentável: um guia

didático, hoje adotado pelo Ministério da Educação, entrando em escala de política pública.

O IDEC tem alguns projetos-pilotos implementando esse material, mas o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, já capacitou mais de 30 mil professores e está assinando convênios com as escolas e com os governos estaduais, para que todo esse material seja usado por professores em sala de aula. Isso nos orgulha, e uma atividade importante é essa de monitorar e influenciar políticas públicas em temas prioritários. E os alimentos são um dos temas prioritários para nós. Mas nós temos outros temas em que atuamos, acompanhando o que é feito na regulamentação técnica, ou projetos de lei que estão no Congresso Nacional, e que exigem de nós um acompanhamento permanente nos temas prioritários; e muitas vezes nesse monitoramento nós também temos um trabalho de representação do interesse do consumidor em alguns fóruns. Por exemplo, o Conselho Nacional de Saúde tem uma representação do consumidor, e é o IDEC que está lá, e o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO) também demanda nossa presença.

E há muitas comissões e fóruns que decidem sobre questões de qualidade de produtos ou de serviços, enfim, temas importantes para o consumidor e que precisam do nosso monitoramento. Nós fazemos parte, por exemplo, da Frente Nacional de Saneamento Ambiental, e trabalhamos muito na questão da água e do saneamento junto com muitas outras organizações, e fazemos frentes de várias redes. Mas às vezes o diálogo não basta. Demandar melhoria em políticas públicas, civilizadamente, não basta. Temos que ir também às ruas, fazer campanhas e mobilizar a opinião pública para conseguir mudanças, e muitas vezes nós temos que entrar na justiça, para conseguir transformar determinadas realidades. E não é fácil, acho que vocês todos estão de uma maneira ou de outra militando por uma sociedade melhor, e sabem o quanto isso é difícil.

E como eu disse, o IDEC trabalha em parceria com várias organizações não governamentais, e muitas delas têm um foco nessa questão, que é a mais relevante para a segurança alimentar: o acesso ao alimento. Mas nós do IDEC, desde o começo temos nos alinhado a esses movimentos, assinamos tudo o que eles fazem, apoiamos

e chegamos até fazer parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no início do Governo Lula, durante dois ou três anos, mas nós não temos pernas para também tratar da questão do acesso e, felizmente, muitas organizações trabalham nesta questão. Agora, o IDEC tem trabalhado muito, desde o início da sua fundação, em segurança dos alimentos, e nós ficamos muito sozinhos nesta questão durante todos esses 20 anos. São poucas as organizações que trabalham com a segurança da qualidade dos alimentos, então, nós nos colocamos como organização social em parceria com todas as redes que tratam da segurança, apoiando-as e dando nossa contribuição factível nessa fatia, pois carregar sozinho essa cruz não é fácil, e é isso que eu vou mostrar aqui.

Muitas vezes temos até nos mobilizado; na questão da agroecologia, por exemplo, estivemos com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), que é uma organização que trabalha com as tecnologias alternativas. A última medida que nós fizemos contra o milho transgênico foi uma ação assinada pela ASPTA e pelo IDEC, e uma outra organização do Paraná, a Terra de Direitos. Então estamos alinhados, mas na questão dos alimentos nós temos trabalhado muito mais no problema da qualidade. Acho que vocês sabem melhor do que eu a realidade da qualidade dos produtos que nós consumimos, e que é muito complicada. Os dados que eu tenho do IDEC são de produtos que em geral compram-se em supermercados, em locais onde a qualidade é até melhor. Se nós formos para a periferia, para os pontos onde esses ambulantes comercializam alimentos, é lógico que teríamos um indicador muito pior.

Quanto ao leite, nós trabalhamos com a questão do leite tipo C, porque é um absurdo, embora agora não haja mais, o país admitir uma qualidade sanitária para um produto que, sendo tão importante para as crianças, permite-se a presença de coliformes fecais nele. Uma campanha que fizemos durante muitos anos foi pela melhoria do padrão sanitário do leite: enfaticamente nós não aceitamos um leite que admita a presença de coliforme fecal. Mas nós temos situações ainda mais complicadas na regulamentação técnica de alimentos. Esta regulamentação, na área federal, é dividida entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura. E o Ministério da Agricultura realmente é focado na produção, e quase nada nas questões que interessam ao

consumidor. É um Ministério que, seguindo uma avaliação de algumas agências reguladoras e órgãos reguladores federais, sempre fica nas ultimas colocações nesse *ranking* que fazemos a cada dois anos, porque é absolutamente despreocupado com esse seu papel de regulador da qualidade dos produtos de origem animal.

Além disso, nós temos outras instituições envolvidas na questão da qualidade dos alimentos, e temos no Brasil uma realidade que é a do produto exportado, que tem monitoramento de resíduos do Ministério da Saúde, tem o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV), com a rastreabilidade, enfim, existe uma atenção das autoridades, principalmente da agricultura, pensando no mercado externo, nos europeus, e por quê? Porque as associações de consumidores europeus são mais exigentes. E isso se reflete também nas políticas desses governos. Eles têm um padrão de exigência maior e isso muitas vezes é para pôr barreira ao comércio, mas principalmente porque o consumidor europeu é mais exigente, controla a qualidade dos produtos, e esses duplos padrões acabam fazendo com que os produtos que nós consumidores temos aqui no mercado interno sejam sempre piores em termos de qualidade.

O IDEC começou a capacitar-se nesse trabalho de pesquisa com testes de produtos nos anos de 1990 com vários consultores de organizações de consumidores trabalhando conosco. Por exemplo, consultores da Holanda nos ensinaram essas metodologias que são usadas pelas organizações de consumidores nesses países. Nós fizemos muitos testes de alimentos, e eles se assustavam com o que era encontrado aqui no nosso mercado.

Um indicador geral dos testes feitos pelo IDEC desde 1990 até agora, mostra que 25% dos produtos estão abaixo do requisito de segurança e sanidade, no caso dos alimentos, mas um produto elétrico, se ele falha, estará abaixo da norma técnica naquele aspecto de segurança. Eles não acreditavam nisso porque quando fazem estes testes na Europa, os produtos, no mínimo, estão de acordo com as normas técnicas, ou com os regulamentos técnicos de qualidade. Aqui, não: esse indicador atinge, pelo menos nos dados que nós temos acumulado, 25% dos produtos. E com mais um problema que tem a ver com o comércio internacional, que impõe um modelo que, de alguma maneira, ele próprio matou, transformando em lenda a questão da

soberania alimentar dos países. Mas não é só isso: os McDonald's da vida e outras coisas iguais, que estão disseminadas no mundo inteiro, interferem nos modos de consumo. Há McDonald's até na China, e essa é uma realidade. O padrão de qualidade não subiu para que tivéssemos, por exemplo, os *standards* internacionais, isto é, as normas de alimentos estabelecidas pelo Comitê *Codex Alimentarius*, um programa conjunto da FAO e Organização Mundial de Saúde (OMS), que define o nível de resíduos e agrotóxicos, e outras questões importantes para a saúde.

Mas o que acontece é que, em geral, os países mais desenvolvidos têm um padrão sempre mais exigente para o mercado interno, mas eles vendem produtos sem o mesmo rigor. As empresas americanas fabricam nos Estados Unidos produtos abaixo dos padrões de qualidade exigidos lá, para vender para fora, ou, se eles tiverem produtos que não passem para serem vendidos no mercado interno, esses produtos são exportados. O governo americano sabe, e aqui é uma frase do Washington Post, que isso agora está sendo muito discutido lá, pois com a entrada dos brinquedos chineses, a questão dos mecanismos que os americanos têm para controlar a qualidade de produtos entrou em cheque. Eles eram bons até um determinado ponto lá dos anos de 1980, depois do Reagan. Com o modelo liberal prevalecendo, essas agências de controle de qualidade e produtos começaram a perder *status* no governo americano, inclusive começaram a perder orçamento. Hoje, essa Comissão de Segurança de Produtos (CPSC - Competent People Certification Services) tem a metade do orçamento que ela tinha nos anos de 1970. Essa é uma discussão pública grande que está ocorrendo nos Estados Unidos.

E a gente fica sabendo dessas questões porque, como o debate está acalorado e há vários dados sobre os produtos americanos que são exportados, inclusive para países da América Latina, eles não estão de acordo com os *standards* americanos de qualidade, mas os produtos são vendidos e o governo sabe e não faz nada. Esse duplo padrão com o comércio internacional é isso mesmo; nos Estados Unidos a política de exportação é baseada numa vontade de ver os fabricantes americanos capazes de competir nos mercados externos em termos de preço e de *marketing*, e não de segurança.

Então, nessa questão da segurança dos produtos, ter uma solução no âmbito

global também não vai ser fácil. Eu sei porque eu faço parte da *Consumers International*, que reúne organizações de consumidores em vários países e que participa desses fóruns no plano internacional. A gente vê o quanto esse debate puxa para o interesse do mercado e das empresas, e essa coisa do interesse do consumidor até nos países desenvolvidos está se perdendo. Os americanos perderam em termos de qualidade de produtos também com a globalização. Assim, eles têm que começar a desenvolver esse debate crítico internamente, e é o que está acontecendo. Enfim, essa questão suscita muitas outras questões.

Voltando para o IDEC, eu estava dizendo que os alimentos sempre foram uma prioridade desde o início, e nós trabalhamos muito essa questão da qualidade pensando não apenas no consumidor da classe média, mas no consumidor em geral. E pensando na maior parte da população, acabamos por focar os nossos testes em produtos básicos: arroz, feijão etc. Fizemos testes até de água de torneira, trabalhamos muito na questão do regulamento de sua potabilidade, num decreto para tratar disso e que foi assinado há questão de dois anos pelo Presidente da República. Então, o nosso foco são os produtos básicos, porque assim o impacto da ação em que nós estamos trabalhando pode ser mais amplo e beneficiar uma quantidade maior de pessoas.

E na questão da qualidade, nós temos muito trabalho em aspectos sanitários e na regulamentação técnica de alimentos, e temos verdadeiros absurdos nessa nossa regulamentação. Por exemplo, corantes que são usados para enfeitar o alimento, e que podem trazer, realmente, comprometimento para a saúde, e que é muito presente em produtos infantis. E nós temos um estudo realizado cujo resultado é uma barbáridade. Os corantes que são proibidos em muitos países, aqui são autorizados e usados em excesso, sendo necessário um esforço grande para melhorar essa realidade.

Temos trabalhado também na questão da adoção de novas tecnologias, apesar da dificuldade que ela traz. Quanto aos transgênicos, nós trabalhamos muito nessa discussão. Principalmente porque na época em que a primeira soja estava para ser liberada, o IDEC já tinha saído da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO). O IDEC fez parte da CTNBIO durante três anos, e quando ela iria ser liberada, a gente pelo menos conhecia como aquilo funcionava. Tanto que nós saí-

mos porque não concordávamos com o ritmo das deliberações. Eles estavam querendo começar a liberar os produtos sem ter as regras do jogo prontas. Começar o jogo sem ter regras nos fez bater em retirada, mas essa é uma questão que temos também monitorado.

Na nanotecnologia nós ainda não entramos, mas esta é uma questão que já está acontecendo de forma muito acelerada e nós vamos ter que acompanhar. Também, a irradiação de alimentos faz parte das novas tecnologias, e para nós é um foco importante. E, mais recentemente, ou seja, de 2003 para cá, nós começamos a nos concentrar em aspectos nutricionais, porque hoje a obesidade é uma epidemia mundial, então não tem como não nos inserirmos. Nós estamos redirecionando até estrategicamente nosso trabalho em alimentos. Nós estamos agora colocando mais foco nas questões dos aspectos nutricionais, porque o quadro realmente é preocupante - inclui-se aí a questão da merenda escolar e a questão da informação, que sempre é importante.

Em 2006 foram feitos testes da dosagem de iodo no sal, que é uma questão de saúde pública porque a dosagem inadequada acentua problemas da tireóide; com a venda de carne pré-moída; dos chás com bolores; coletas de informação nutricional nos *fast foods* etc.

Nós pedimos às principais redes de *fast foods* que nos encaminhassem informação sobre todos os lanches vendidos e o valor nutricional de cada um deles, e encontramos coisas que são realmente preocupantes. Um sanduíche do Mc Donald's preenche em torno de 70% da ingestão diária de gordura e 88% da ingestão diária de sal, e esses são fatores importantes de saúde e obesidade. Então, nós fizemos um estudo e um trabalho com essas redes para que eles melhorassem a informação nutricional também no ponto de venda para que, pelo menos, o consumidor pudesse ter direito de escolher melhor. Mas, é lógico, *fast food* já é um problema em si. Esse tipo de alimento é um problema pela sua própria natureza. Por isso, a educação nutricional é importante porque hoje os jovens cada vez mais estão se alimentando apenas com esses produtos.

A questão da gordura *trans*, que é uma questão importante, mais a questão dos edulcorantes, que as pessoas hoje consomem e dão para crianças, como a Coca-Cola

light ou *diet*, sem nenhum controle, e elas não sabem que aquele tipo de produto químico usado nos edulcorantes tem uma dose diária que pode ser consumida, mas há o perigo do consumo excessivo, abusivo, inconsequente dessas substâncias. Como eu mencionei, nós fizemos um estudo sobre corantes em alimentos infantis, e todos esses trabalhos, via de regra, se transformam em alguma demanda para o órgão regulador, para que seja mudada uma regulamentação, ou mudada uma prática; quer dizer, não é apenas fazer o teste e publicar os resultados na revista, mas obter desdobramentos também na esfera do nosso trabalho em políticas públicas.

Uma outra área é o monitoramento, especificamente, com alimentos. Nós fazemos parte de comitês no Ministério da Saúde, na ANVISA, enfim, acompanhamos no Congresso projetos de lei e até anteprojetos. Por exemplo, há um projeto na Casa Civil que quer puxar a atribuição do controle sanitário de alimentos, que hoje concentra uma grande parte na ANVISA. Em geral, o Ministério da Saúde tem uma postura melhor que o da Agricultura, mas há um projeto na Casa Civil cuja proposta é justamente trazer a maior parte do controle da qualidade dos alimentos para a área da agricultura. Significa desregular mais ainda o que já não está bem.

Enfim, eu estou aqui pinçando alguns exemplos para vocês terem ideia do que nós monitoramos. E fazemos muitas notificações às autoridades pedindo mudanças nas situações.

Na área de pecuária de produtos usados e nós temos várias demandas. Como exemplo, cito os medicamentos para animais: às vezes são atendidos, certos casos como o da “ractopamina”, cujo produto é veiculado como melhorador de desempenho das características da carcaça de suínos, ou também há o caso do uso do hormônio bovino “somatotropina”, para aumentar a produção de leite, mas que traz implicações para a saúde; nós temos há muito tempo batalhado para que seja proibido. Ainda não conseguimos; enfim, são situações realmente difíceis. No plano internacional, o IDEC faz parte de uma rede que é coordenada pela organização internacional que acompanha as reuniões do *Codex Alimentarius*. Nós fazemos parte do Comitê Brasileiro do *Codex*, inclusive com direito a voto. E participamos dos posicionamentos que vão para as reuniões internacionais.

Na área de educação em saúde, nós produzimos um material a pedido da AN-

VISA, que é um guia didático para professores. Isto ainda não está nas escolas, mas a ideia é que comece a ser encaminhado junto com um livrinho para as crianças, feito pela autora Ruth Rocha. Nós temos outros, mas eu só mencionei aqui o que trata de alimentos e de consumo, e que é a história de um menino gordo, porque ele ficava sendo comandado pela televisão. Esse é um problema sério, tanto que a ANVISA propõe uma proposta de mudança para os espaços publicitários nos horários, e tudo o mais que se volte para alimentos infantis; estamos também lutando para que seja reduzida fortemente a publicidade destinada ao público infantil. Porque ela influencia e está, realmente, prejudicando a alimentação das crianças.

Na esfera das ações judiciais, eu vou mencionar algumas experiências que nós tivemos, e como os processos são demorados. Muitas vezes, a ação judicial é feita mais para abrir um espaço de luta, colocar a questão em debate, porque, como eu disse, ela demora muito para ter uma solução. Cito a ação contra o hormônio “diethylstilbestrol”, que é um estrógeno sintético usado para engorda do gado, e eu espero que não seja mais, pois trata-se de um hormônio cancerígeno que era proibido no Brasil, mas era usado ampla e ilegalmente. Nós compramos esse hormônio em algumas regiões de produção de gado, em loja de produtos veterinários, e essa ação teve uma decisão apenas em 2000, favorável ao que nós pedíamos, que era um controle dele mais rigoroso.

Nós conseguimos as liminares para a ação dos transgênicos. Então, quando nós temos uma decisão liminar, isso já para tudo. No caso da soja transgênica, quando a CTNBIO estava para liberar o produto da Monsanto, a *roundupread*, nós conseguimos uma liminar, mas ainda é um processo que não se encerrou. No entanto, em virtude desse processo, o governo federal mudou a lei. Para driblar a justiça, ele tirou os requisitos que estavam na ação. Nós pedimos nessa ação que houvesse normas ou regulamentos voltados para avaliação mais adequada dos riscos à saúde, ao meio ambiente e à informação ao consumidor. Nós conseguimos o decreto de rotulagem, então, a questão da informação foi resolvida, mas os outros dois riscos dependiam efetivamente de existir análise de risco, não apenas que fosse formulada pela comissão técnica de biosegurança, mas também pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, que são os que têm a competência técnica para fazer essa avaliação. A CTN-

BIO é um grupo de pessoas que voluntariamente se reúne uma vez por mês para tratar dos processos, mas isso é insuficiente para se ter uma avaliação desses produtos. O que nós pedimos foram as normas, as regras do jogo, e que essa avaliação fosse feita pelos órgãos com competência técnica.

Como isso não ia se resolver, embora a gente tivesse muita chance de ganhar porque é uma coisa óbvia, o órgão técnico tem a competência para fazer isso, então a lei foi mudada. Hoje, todo poder de decisão está nas mãos da CTNBIO, o que é um erro, porque foi atropelada a competência técnica de dois ministérios. E mesmo assim, recentemente, a CTNBIO estava aprovando o milho, as primeiras espécies transgênicas de milho, e nós entramos de novo na Justiça, aí junto com a SPTA e com Terra de Direitos, e conseguimos uma outra liminar. Agora, quando esta comissão foi liberar o milho da Monsanto, essa liminar foi reiterada pela juíza, quer dizer, a CTNBIO já tinha liberado o segundo milho, aí a juíza que deu essa liminar falou: *“não pode, nem este pode ser liberado, porque vocês têm que fazer as regras de biosegurança para garantir a preservação das espécies convencionais, do milho convencional, do milho, enfim, dos orgânicos e tudo o mais, para que não haja contaminação, porque no caso do milho pode ocorrer a contaminação, a polinização cruzada e aí você tem que ter as áreas de separação, enfim, com resguardo suficiente para que não haja essa contaminação”*.

Com a Justiça, conseguimos realmente sustar determinadas questões preocupantes. Uma outra ação, e esse é um assunto que a gente tem trabalhado muito, vem a ser a questão de produtos usados na pecuária. O antimicrobiano, o Carbadox, foi uma ação que nós fizemos junto com o Ministério Público Federal, e aqui nesse caso, depois de muita luta, desde 2000, nós pedimos para o Ministério da Agricultura proibir tal substância sem sucesso; aí, nós entramos com a medida judicial em nível mundial, e o *Codex Alimentarius* retirou o nível de resíduo de Carbadox, porque esses produtos têm o nível máximo de resíduo permitido. E quando o Codex retirou o nível de resíduo, quer dizer, não pode ter nenhum resíduo, e esse produto não pode mais ser usado, então aí nós juntamos esses documentos no processo, e pouco depois o Ministério da Agricultura o proibiu.

Fazer análise de agrotóxico no Brasil é difícil, como também análise de transgênico. Quando nós fizemos análise para verificar contaminação, tivemos que man-

dar para o laboratório na Suíça, porque a gente sabe que as análises são mais acuradas.

No caso de agrotóxicos nós temos feito alguma coisa, mas esses são dados da ANVISA, porque a ANVISA tem um programa de monitoramento e a gente acompanha muito isso e vê que realmente, no caso, o tomate, comparando com os monitoramentos anteriores, está num nível bom, mas ele já atingira níveis preocupantes; mas com o morango, a alface, enfim, produtos que, realmente, mantêm um grau de contaminação que é preocupante, não há divulgação para a sociedade. As instituições de pesquisa fazem monitoramento e não passam essa informação para o público, e isso é grave. Fazemos então essa ampliação, isto é, procuramos espalhar essa informação. Isso está no site. Mas o povo não acessa, e é difícil achar essas informações na internet.

A questão da obesidade também é uma questão importante, porque não é ligada apenas ao excesso de consumo de alimentos e às pessoas ricas. Os problemas de obesidade também têm uma relação com a desnutrição infantil, quer dizer, a ocorrência está nas camadas de baixa renda também. Os ricos vão para academia, enfim, se cuidam, e também a classe média. A incidência de obesidade não é só aqui; nos Estados Unidos, eles têm 60% da população com excesso de peso e 30% são obesos. No Brasil essa porcentagem é menor, são 10% obesos, e 1 milhão de pessoas estão naquela situação de obesidade mórbida. É um dado que realmente é grave e que está ligado a esse modelo de consumo de alimentos. Quer dizer, a população pobre não tem segurança alimentar, mas a população que pode consumir alimentos também está consumindo num nível que, no limite, caracteriza uma situação de insegurança alimentar, porque estão se alimentando para ter problemas de diabetes, vão ter desdobramentos graves de saúde; a questão da insegurança alimentar hoje tem esses ângulos todos para serem também avaliados.

A questão da gordura *trans*, eu abordei só para contar um caso interessante de duplo padrão. Nós estamos trabalhando um pouco nessa questão da responsabilidade social das empresas. Estamos agora até desenvolvendo um estudo sobre a responsabilidade social dos bancos, que eles usam muito isso na televisão, responsabilidade com o meio ambiente, enfim, o povo não gosta de banco, então eles estão usando

esse negócio da responsabilidade social para mostrar que eles não são tão ruins assim.

E, normalmente, os nossos estudos servem para desmistificar isso, a gente vai fazer a pesquisa, a gente valida essa pesquisa com outras instituições, com o Observatório Social, com alguma organização do meio ambiente, trabalhando em parceria com redes de outras organizações.

Nós fizemos um teste, era um estudo sobre responsabilidade social testando a nossa metodologia e nós o fizemos em parceria com a Holanda, para ver o duplo padrão de algumas empresas, como a Unilever, enfim, algumas empresas de alimentação. Então a gente pegou um teste de margarinas, aqui e lá, e testamos essa questão de gordura *trans* e outras questões. E aí nós vimos que a Unilever tinha produtos aqui no Brasil, todos dentro do regulamento brasileiro, que é um regulamento mais permissivo, como sempre, do que o holandês; eles estavam dentro do regulamento, mas estavam acima do nível de gordura *trans* que é exigido na Holanda, que é o país-sede da Unilever. Nesse caso, como a gente estava em experimentação ainda de metodologia, o que nós fizemos foi que a Organização de Consumidores da Holanda mandou uma carta para a Unilever lá na sede, falando “mas que coisa, vocês usam aqui essa coisa da responsabilidade social, que vocês têm responsabilidade social, agora, vocês estão fazendo produtos em outros países com uma qualidade inferior ao que é feito na Holanda, produto tal com gordura *trans*”. O que aconteceu é interessante, a Unilever mudou o padrão no Brasil. O governo não muda uma determinada regra, mas você pode conseguir mudanças pelas próprias empresas, e depois da Unilever, a Sadia também mudou o padrão. Enfim, a gente tem que trabalhar criando as contradições, e essa estratégia pode nos oferecer uma ferramenta interessante.

Nós monitoramos essa questão das gorduras *trans*: em 2006 entrou em vigor uma norma no Brasil obrigando a conter informações no rótulo; então, a gente está monitorando isso, nós vamos fazer uma outra pesquisa agora, parceria com a Faculdade de Saúde Pública, com a questão da publicidade infantil, e que é uma questão complicada. O atual ministro da Saúde quer mudar isso, mas ele não está conseguindo porque a pressão do setor de publicidade é muito forte. Então, a gente tem que mudar algumas questões de legislação. Aqui, a Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN), com a qual nós trabalhamos em parceria, acompanha

muito a publicidade de produtos para primeira infância, de zero a três anos.

Eles conseguiram a norma brasileira para esses produtos, enfim, eles têm um trabalho seríssimo e a gente trabalha também em parceria.

Algumas conclusões: a primeira, essas propostas são da plataforma das Organizações de Consumidores, mas quanto à qualidade nutricional, a questão dos alimentos está assumindo uma proporção séria, grave, que tem que entrar de alguma maneira em programas educacionais. Nós temos que começar a despertar nos jovens a consequência do tipo de alimentação que nós estamos adotando no nosso dia-a-dia. Essa é uma questão que nós vamos puxar também para esta plataforma, é evidente, e eu estou mostrando todo esforço que o IDEC tem feito nessa esfera. Mas é muito pouco. Nós sabemos disso, então, esse controle social de organizações não governamentais, da sociedade sobre a qualidade e sobre a vigilância sanitária dos alimentos tem que ser ampliado.

Nós entendemos que tem que haver um programa integrado de vigilância sanitária de alimentos integrando as ações dos Ministérios da Saúde e da Agricultura e os Estados, porque nós temos as Vigilâncias Sanitárias Estaduais, então esses programas não se “conversam” adequadamente para ser uma coisa para valer, séria, isso tem que estar integrado e com a participação da sociedade.

E tem essa questão das novas tecnologias, parecida com a da soberania alimentar. É uma questão que é muito difícil, porque essas tecnologias chegam aqui como chegaram os transgênicos. Quando o governo federal criou a CTNBIO, eu fui fazer parte dela, e o que eu mais ouvia lá: *“não há problema, porque esses produtos já foram aprovados pelo FDA”*. Aí nós fomos atrás do pessoal dos Estados Unidos, das organizações americanas, e descobrimos que não, que lá o FDA não tinha aprovado nada. Lá esses produtos tinham sido desregulamentados, quer dizer, eles passaram sem nenhum tipo de avaliação. Essas novas tecnologias, por exemplo, a nanotecnologia, eu acredito que o nosso poder de influenciar as decisões do governo é muito pequeno, mas são questões relevantes. A gente fica assustada com a realidade que vem com essas novas tecnologias, e de forma muito rápida, cada vez mais rápida. Esse princípio da precaução é um princípio que está ficando também junto com o da soberania alimentar.

Deve haver um sistema que investigue as doenças veiculadas por alimentos, e isso não existe no Brasil, então quando a gente fala nessas questões, em geral, as autoridades pedem que tragam um caso. Você está falando desse problema, mas nunca teve nenhum registro de acidente ou de pessoa que tenha tido esse tipo de contaminação. Nós não temos registro organizado para essas situações, nem para acidente de consumo, para nada. Então, a gente fica numa situação de não otimizar os recursos públicos. Nós não sabemos quanto que nós gastamos em internação hospitalar, quantas pessoas morrem, quanto que a sociedade está gastando pela omissão nessa melhor regulação.

A questão dos aditivos tem que ter um controle não apenas para o mercado externo, porque a gente normalmente tem um sistema de monitoramento de resíduos, que é um sistema, eu brinco, mais para inglês ver. E para o mercado interno não há nada.

A inspeção sanitária, rastreabilidade, o SISBOV para o mercado interno e a informação para a sociedade são fundamentais para a segurança alimentar.

Quadro 1 - Perguntas Incluídas no Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2004, Referentes à Escala EBIA

Perguntas
Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida
Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida
Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada
Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou
Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida

Quadro 2 - Pontuação para Classificação dos Domicílios com pelo Menos um Morador de Menos de 18 Anos de Idade nas Categorias de Segurança Alimentar

Categoria	Pontuação
Segurança alimentar	0 ponto
Insegurança alimentar leve	1 a 5 pontos
Insegurança alimentar moderada	6 a 10 pontos
Insegurança alimentar grave	11 a 15 pontos

Quadro 3 - Pontuação para Classificação dos Domicílios com Somente Moradores de 18 Anos ou Mais de Idade, nas Categorias de Segurança Alimentar

Categoria	Pontuação
Segurança alimentar	0 ponto
Insegurança alimentar leve	1 a 3 pontos
Insegurança alimentar moderada	4 a 6 pontos
Insegurança alimentar grave	7 a 9 pontos

Tabela 1 - Domicílios Particulares e Moradores em Domicílios Particulares, por Situação do Domicílio, Segundo a Situação de Segurança Alimentar Existente no Domicílio, Brasil, 2004

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares			Situação em domicílios particulares ¹		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Números absolutos						
Total ²	51.802.121	43.820.614	7.981.507	181.428.807	150.529.088	30.899.719
Com segurança alimentar	33.754.206	29.242.599	4.511.607	109.190.429	93.721.824	15.468.605
Com insegurança alimentar	18.024.439	14.556.572	3.467.867	72.163.886	56.736.950	15.426.936
Leve	8.308.975	6.923.966	1.385.009	32.645.194	26.697.916	5.947.278
Moderada	6.364.308	5.003.621	1.360.687	25.596.991	19.561.233	6.035.758
Grave	3.351.156	2.628.985	722.171	13.921.701	10.477.801	3.443.900
Números relativos (%)						
Total ²	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	65,2	66,7	56,5	60,2	62,3	50,1
Com insegurança alimentar	34,8	33,2	43,4	39,8	37,7	49,9
Leve	16,0	15,8	17,4	18,0	17,7	19,2
Moderada	12,3	11,4	17,0	14,1	13,0	19,5
Grave	6,5	6,0	9,0	7,7	7,0	11,1

¹Exclusive os moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

²Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 2 - Domicílios Particulares, por Situação de Segurança Alimentar, segundo as Grandes Regiões, 2004

Grandes regiões	Domicílios particulares					
	Total ¹	Com segurança alimentar	Situação de segurança			
			Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	51.802.121	33.754.206	18.024.439	8.308.975	6.364.308	3.351.156
Norte	3.566.735	1.912.721	1.653.033	654.285	609.129	389.619
Nordeste	13.108.186	6.081.281	7.020.016	2.561.639	2.828.239	1.630.138
Sudeste	23.167.995	16.898.223	6.261.654	3.443.906	1.948.244	869.504
Sul	8.204.345	6.278.100	1.922.189	1.041.019	594.918	286.252
Centro-Oeste	3.754.860	2.583.881	1.167.547	608.126	383.778	175.643

¹Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

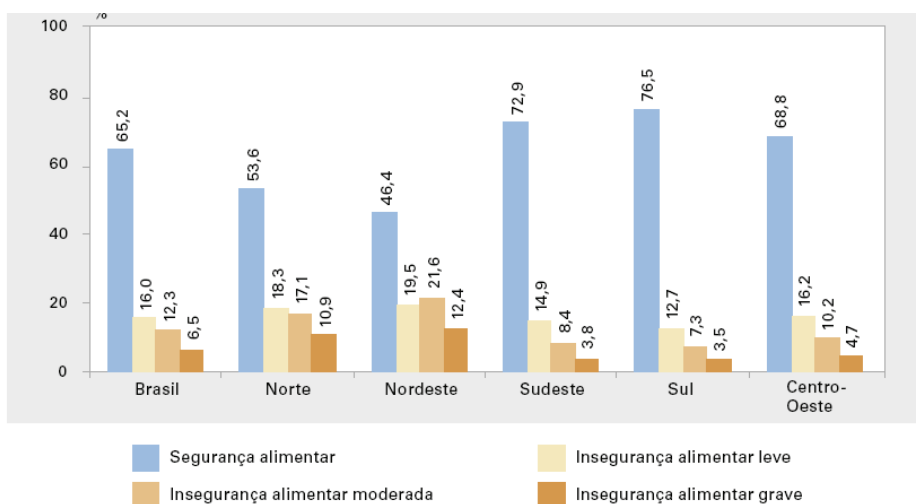


Figura 1 - Prevalência de Situação de Segurança Alimentar em Domicílios Particulares, por Grandes Regiões, 2004.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 3 - Moradores em Domicílios Particulares, por Situação de Segurança Alimentar Existente no Domicílio, segundo as Grandes Regiões, 2004

Grandes regiões	Moradores em domicílios particulares ¹					
	Total ²	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
			Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Números absolutos						
Brasil	181.428.807	109.190.429	72.163.886	32.645.194	25.596.991	13.921.701
Norte	14.384.571	6.885.686	7.496.049	2.771.850	2.824.895	1.899.304
Nordeste	50.363.112	20.615.125	29.732.215	10.547.617	11.943.746	7.240.852
Sudeste	77.338.168	53.694.149	23.618.071	13.164.730	7.293.904	3.159.437
Sul	26.601.243	19.646.854	6.938.172	3.807.869	2.151.219	979.084
Centro-Oeste	12.741.713	8.348.615	4.379.379	2.353.128	1.383.227	643.024
Números relativos (%)						
Brasil	100,0	60,2	39,8	18,0	14,1	7,7
Norte	100,0	47,9	52,01	19,3	19,6	13,2
Nordeste	100,0	40,9	59,0	20,9	23,7	14,4
Sudeste	100,0	69,4	30,5	17,0	9,4	4,1
Sul	100,0	73,9	26,1	14,3	8,1	3,7
Centro-Oeste	100,0	65,5	34,4	18,5	10,9	5,0

¹Exclusive os moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

²Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.